

EURO-LETTER

A *Euro-letter* é publicada pela **ILGA-Europa** – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay, com o apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia contra a Discriminação.

Editor: Juris Lavrikovs

Para nos contactar: euroletter@ilga-europe.org

Para receber a *Euro-Letter* [em inglês]: Basta enviar uma mensagem sem conteúdo para euroletter-subscribe@yahoogleroups.com

Números anteriores: Todas as *Euro-Letter* em inglês, bem como as traduções em alemão e português a partir do n.º 76 (Janeiro de 2000), e em grego a partir do n.º 127 (Janeiro de 2006), estão disponíveis, em formato *pdf*, no nosso *website*, www.ilga-europe.org/europe/publications/euro_letter

A ILGA-Europa agradece:

- à **Frente de Libertação Lésbica e Gay** as traduções alemãs da Euro-Letter, que estão igualmente disponíveis no *website* da organização: www.lglf.de;
- a **Miguel Freitas** – pelas traduções para português
- a **Pantelis Ravdas** – pelas traduções para o grego

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.

Nesta edição:

ILGA-Europa:

- Notícias sobre a equipa de trabalho: ILGA-Europa tem novas directora e assistente administrativa e financeira
- Desenvolver o Plano Estratégico para 2008-2011
- Apelo à acção: Vamos erradicar o assédio homofóbico das escolas da Europa
- Agência Europeia dos Direitos Fundamentais abre as suas portas – preocupações mantêm-se
- ILGA-Europa responde à consulta sobre serviços de saúde
- Vagas disponíveis nas acções de formação da ILGA-Europa – prazo limite de inscrições alargado
- ILGA-Europa procura tradutores voluntários para as línguas da UE

Europa:

- Reunião conjunta dos Intergrupos do Parlamento Europeu relacionados com o Artigo 13.º
- Conselho da Europa organiza Semana contra a Homofobia
- Publicada mais uma Revista de Direito Europeu Contra a Discriminação
- Estudo para identificação das medidas legislativas nacionais existentes fora do domínio do Emprego está disponível
- Posição da ENAR sobre a Decisão Quadro sobre o Racismo e a Xenofobia
- Publicações da AGE sobre a discriminação múltipla e sobre o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades
- *European Disability Forum* lança petição a favor de uma directiva sobre a deficiência

Famílias de pessoas do mesmo sexo:

- Irlanda atrasa aprovação de legislação sobre uniões homossexuais
- Itália poderá reconhecer os casais não unidos pelo matrimónio
- Tribunal francês impede adopção por lésbica
- Suécia: Casais de lésbicas vencem batalha pela adopção

Emprego, acesso a bens e serviços:

- Enfrentar o assédio anti-homossexual no local de trabalho – novo guia da *Stonewall* para ajudar os empregadores

Liberdade de reunião:

- Supremo Tribunal da Moldova: «A recusa da Câmara Municipal de Chisinau em autorizar a Marcha de Solidariedade das pessoas LGBT é contrária à lei»
- Governo russo apoia a liberdade de reunião das minorias sexuais

Transsexualidade:

- Malta: Transsexual pode casar, decidiu Tribunal

Breves:

- ERA anuncia a realização de seminários de formação

ILGA-EUROPA:

Notícias sobre a equipa de trabalho: ILGA-Europa tem novas directora e assistente administrativa e financeira

Pela ILGA-Europa



Olimpia Ciripoiu-Vonica – Directora financeira e Administrativa da ILGA-Europa.

Originária da Roménia, Olimpia juntou-se à equipa da ILGA-Europa em Dezembro de 2006. Antes de se juntar à ILGA-Europa, ela trabalhou como investigadora no departamento de Aconselhamento da *PricewaterhouseCoopers Romania*, e como assistente Administrativa/Financeira no *Peace Corps* da Roménia. É detentora (desde 2005) de um *Master* em Economia pela Universidade Central Europeia (Hungria), e tem uma licenciatura em Gestão pela Academia de Estudos Económicos da Roménia. As suas áreas de especialização são a economia e a desigualdade fundada no sexo no mercado de trabalho.



Françoise Berlet - Assistente financeira e administrativa da ILGA-Europa.

Françoise é o última pessoa a juntar-se à nossa equipa. Originária da França, Françoise junta-se a nós proveniente de Belfast, onde era a responsável administrativa do Project SOLID (Estratégias de litigância contra a discriminação nos países da UE) junto do Conselho da Irlanda do Norte para as Minorias Étnicas. Trabalhou ainda, em *part-time*, como tutora na *Queen's University* de Belfast. As suas qualificações académicas incluem um *PhD* em inglês e um pós-mestrado em tradução. Françoise começou a trabalhar na ILGA-Europa em 1 de Fevereiro de 2007.

Desenvolver o Plano Estratégico para 2008-2011

Por Patricia Prendiville

Tal como prometido em Sofia, estamos agora em condições de consultar os membros da ILGA-Europa acerca do próximo Plano Estratégico.

Durante a primeira semana de Março de 2007, todas as nossas associações, membros associados e membros individuais receberão um pequeno conjunto de questões com vista a ajudar a direcção e a nossa equipa à medida que desenvolvem o plano estratégico para 2008-2011.

O primeiro conjunto de questões visará a revisão do actual plano e seus objectivos.

O segundo conjunto de questões centrar-se-á nos futuros objectivos e naquilo que a nossa organização acreditar ser o caminho a seguir pela ILGA-Europa.

Oportunamente comunicaremos a cronologia detalhada para o envio das respostas e para a remessa de sumários dos resultados obtidos. Esperamos enviar um rascunho do plano estratégico e solicitar a vossa opinião sobre ele antes da Conferência. Isto depende das respostas que recebermos em Março e Abril!

O rascunho será apreciado em Vilnius e submetido a aprovação na Conferência de 2007, para que possa começar a ser implementado em 2008.

Esperamos pelas vossas respostas.

Patricia e a equipa

Apelo à acção: Vamos erradicar o assédio homofóbico das escolas da Europa

Pela ILGA-Europe

A ILGA-Europa exorta todos os seus membros e apoiantes na UE a solicitarem aos deputados ao Parlamento Europeu que assinem uma declaração escrita sobre o combate ao assédio homofóbico nas escolas. Esta declaração, que condena de forma inequívoca o assédio homofóbico, exige a adopção de medidas específicas contra ele, incluindo a nível nacional, e constituiria um importante avanço no sentido do empenhamento da União Europeia no combate à discriminação no domínio da educação. Ela poderia abrir oportunidades para todos nós neste domínio.

A declaração, que foi preparada em colaboração estreita com a IGLYO e com a ILGA-Europa, foi tornada pública em Estrasburgo, em 14 de Fevereiro de 2007, pelo eurodeputado John Bowis e pelo Intergrupo LGBT do Parlamento, durante uma reunião conjunta do Intergrupo do Parlamento Europeu para os Direitos de Gays e Lésbicas e do Grupo de Coordenação dos Sindicatos. A ILGA-Europa e a IGLYO tiveram

um papel activo na reunião. A declaração está disponível em todas as línguas da UE no *website* da IGLYO, em: <http://www.iglyo.com/content/activities/EPdeclaration.html>.

Como é que pode ajudar?

A declaração só será adoptada pelo Parlamento Europeu se for subscrita por 393 eurodeputados até 30 de Abril de 2007. Com vista a arregimentar os eurodeputados para que subscrevam a declaração, pedimos a todos os membros e apoiantes para entrarem em contacto com os eurodeputados para os encorajar a assinarem a declaração. O modelo de carta e o folheto contendo os «Factos sobre o assédio homossexual nas escolas» está disponível no nosso *website*, em http://www.ilga-europe.org/europe/news/call_for_action_let_s_stump_out_homophobic_bullying_in_europe.

Se tiver quaisquer dúvidas, não hesite em contactar Evelyne Paradis, assistente para a área do planeamento da ILGA-Europa: evelyne@ilga-europe.org.

Agência Europeia dos Direitos Fundamentais abre as suas portas – preocupações mantêm-se

Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 23 de Fevereiro de 2007

No dia 1 de Março de 2007 a nova Agência Europeia dos Direitos Fundamentais irá iniciar a sua actividade. A Agência Europeia de Direitos Fundamentais tem como missão assegurar que a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia são aplicadas de forma adequada na implementação da legislação aprovada pela UE. O Regulamento que criou a Agência – que tem como funções a recolha e difusão de informação e dados sobre os direitos fundamentais – foi publicada ontem.

Nos últimos três anos, a ILGA-Europa acompanhou atentamente, e participou activamente, na discussão que se suscitou em torno desta Agência. E expressou o seu desapontamento pela falta de envolvimento da sociedade civil no processo, bem como pela falta de independência da Agência face aos Estados-Membros da UE.

A ILGA-Europa considera que, para que esta Agência possa merecer credibilidade, é importante que as pessoas que serão nomeadas para a sua direcção pelos diferentes Estados sejam verdadeiramente independentes e tenham um forte currículo e elevados conhecimentos no domínio dos direitos humanos. O Director tem de ser um defensor dos direitos humanos empenhado, bem conhecido e incontroverso.

Para além disso, é necessário envolver as ONG no trabalho da Agência através da Plataforma para os Direitos Fundamentais e através da realização regular de consultas e de cooperação com elas.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa, afirmou: «Congratulamo-nos com o início do trabalho desta importante nova instituição da UE, que irá fiscalizar a aplicação dos princípios europeus em matéria de direitos humanos no contexto da implementação da legislação europeia. Esperamos que a

Agência, no desenvolvimento da sua missão, recorra a uma abordagem integrada no seu tratamento dos casos envolvendo direitos fundamentais e questões da igualdade e não-discriminação. Muitas vezes, as violações dos direitos humanos implicam outros elementos discriminatórios. Isto sucede, em especial, com a proibição das Marchas do Orgulho lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais (LGBT), que se verificou nos Estados-Membros da UE nos últimos anos».

O Regulamento do Conselho que cria a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia está disponível no *website* do Jornal Oficial da União Europeia: <http://eurlex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ:L:2007:053:SOM:PT:HTML>.

Mais informações sobre o trabalho da ILGA-Europa relacionado com a Agência dos Direitos Fundamentais podem ser encontradas no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/advocacy_lobbying/human_rights_mechanisms/fundamental_rights_agency.

ILGA-Europa responde à consulta sobre serviços de saúde

Por Evelyne Paradis

Em Janeiro de 2007 a ILGA-Europa apresentou a sua resposta à consulta pública da Comissão Europeia relativa à acção da UE no domínio dos serviços de saúde. A consulta tinha em vista garantir a segurança jurídica e apoiar os Estados-Membros em áreas onde a intervenção da UE poderá produzir um valor acrescentado.

Na sua resposta, a ILGA-Europa deu ênfase às seguintes questões:

- Direitos dos utentes e clientes (incluindo direitos à informação, acesso aos serviços, segurança, privacidade e confidencialidade, não-discriminação no acesso aos serviços e a tratamentos);
- Exigência de padrões comuns no tocante aos direitos dos doentes;
- Acesso a cuidados de saúde e tratamentos transfronteiriços, com vista à obtenção de tratamentos que não estão disponíveis num determinado Estado-Membro (p. e., tratamentos de fertilidade e cirurgia para as pessoas transsexuais);

A resposta pode ser consultada em: www.ilga-europe.org/media_library/ilga_europe_main/lgbt_issues/ilga_europe_s_written_contribution_to_eu_consultation_on_health_services_january_2007.

Vagas disponíveis nas acções de formação da ILGA-Europa – prazo limite de inscrições alargado

Pela ILGA-Europa

O prazo limite para inscrição na acção de desenvolvimento de capacidades que irá decorrer na Roménia nos dias 18 a 20 de Abril de 2007 foi prorrogado até 1 de Março de 2007. Serão organizados dois seminários em simultâneo sobre a utilização do vídeo para a monitorização das marchas do orgulho e sobre a documentação das violações dos direitos humanos. Mais informações no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/news/places_still_available_at_ilga_europe_trainings_deadline_extended.

ILGA-Europa procura tradutores voluntários para as línguas da UE

Pela ILGA-Europe

Estamos à procura de tradutores voluntários para todas as línguas da UE (excepto inglês, espanhol, francês e alemão).

Como provavelmente sabem, 2007 é o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades. O ano visa sensibilizar as pessoas na UE para os seus direitos a não serem objecto de discriminação e promover a igualdade de oportunidades em vários domínios, desde a saúde ao local de trabalho. O Ano centra-se em seis diferentes fundamentos de discriminação, incluindo a discriminada fundada na orientação sexual.

Tanto a nível nacional como europeu, serão organizadas actividades relacionadas com os quatro objectivos principais do Ano: **direitos**, **representação**, **reconhecimento** e **respeito**¹. A ILGA-Europa definiu o que estes quatro temas podem implicar para as pessoas LGBT.

O documento «O que os 4 “R” significam para nós?» traduz os quatro temas em prioridades e objectivos práticos para o Ano Europeu no que respeita às pessoas LGBT. O objectivo é apresentar uma mensagem clara acerca do que direitos, representação, respeito e reconhecimento implicam para as pessoas LGBT... Uma mensagem que podemos enviar a todos os responsáveis políticos, entidades patronais, sindicatos, organismos encarregados de implementar as políticas em matéria de igualdade e as demais ONG que trabalham no domínio da igualdade em diferentes países.

www.ilga-europe.org/europe/get_involved_support_us/volunteer/we_look_for_volunteer_translators_into_eu_languages.

A vossa ajuda será preciosa para nós e igualmente para a Comissão Europeia, que também utilizará as nossas traduções no seu *website*. Os funcionários da Comissão acreditam que o documento sobre os

¹ Em inglês, *rights, representation, recognition and respect* [N.T.].

«quatro “R”» pode ser-lhes muito útil, no seu esforço de sensibilização para as prioridades no domínio das questões LGBT nos Estados-Membros.

A versão inglesa do documento pode ser encontrada no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/campaigns_projects/2007_european_year_of_equal_opportunities/ilga_europe_s_priorities_for_the_european_year_of_equal_opportunities/what_do_the_4_rs_rights_representation_respect_and_recognition_mean_for_us.

Se nos quiser ajudar, ou tiver quaisquer questões adicionais que gostaria de ver esclarecidas, não hesite em contactar-nos: juris@ilga-europe.org.

EUROPA:

Reunião conjunta dos Intergrupos do Parlamento Europeu relacionados com o Artigo 13.º

Por Evelyne Paradis

No contexto do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos, os Intergrupos do Parlamento Europeu para as questões relativas à idade, para a luta contra o racismo e para a diversidade, para a deficiência e para os direitos de gays e lésbicas, uniram os seus esforços e organizaram uma reunião conjunta que teve lugar no dia 15 de Fevereiro de 2007, em Estrasburgo.

A reunião deu aos eurodeputados uma oportunidade para discutirem as actividades desenvolvidas e os progressos alcançados através do Ano Europeu com representantes da Comissão. Muitos eurodeputados aproveitaram esta reunião conjunta para exortar os Estados-Membros a empenharem-se e demonstrarem vontade política e liderança, e a Comissão para que aumente a protecção contra a discriminação na Europa.

Os intergrupos devotaram ainda a sua atenção às questões relativas à discriminação múltipla e ouviram duas pessoas que explicaram que, por vezes, as pessoas são discriminadas não apenas com base num único fundamento de discriminação, mas antes em vários fundamentos de discriminação

Mais informações estão disponíveis no *website* do *European Disability Fórum*: www.edf-feph.org.

Conselho da Europa organiza Semana contra a Homofobia

Fonte: Conselho da Europa – Campanha Todos Diferentes, Todos Iguais

A primeira semana temática da Campanha «Todos Diferentes, Todos Iguais», do Conselho da Europa, irá decorrer durante a primeira semana de Março de 2007, na Polónia, onde se realizará a Semana de Acção Contra a Homofobia. A iniciativa, que se prolonga por uma semana, abrange vários eventos organizados por diversas organizações LGBT polacas e europeias, e tem em vista chamar a atenção para a necessidade de agir contra a homofobia na Europa. As actividades previstas incluem a construção de uma Cidade Global, na Praça da Constituição de Varsóvia (que incluirá espaços para as ONG que lutam contra a discriminação, uma biblioteca, música ao vivo, filmes gays e relacionados com os direitos humanos); a realização de uma Marcha pela Igualdade Sexual, uma exposição de fotografia sobre a vida gay na Polónia; e a realização de conferências de imprensa.

As pessoas devem aproveitar esta iniciativa europeia para promoverem a sensibilização, noutros países, para os problemas da discriminação. Quem estiver interessado em organizar um evento fora da Polónia durante a Semana de Acção contra a Homofobia ou em receber documentação destinada à imprensa a propósito da iniciativa devem contactar o secretariado da campanha (Joshua.Stanton@coe.int).

Mais informações sobre a Campanha «Todos Diferentes, Todos Iguais» estão disponíveis no respectivo *website* em: <http://alldifferent-allequal.info>.

Publicada mais uma Revista de Direito Europeu Contra a Discriminação

Fonte: Comissão Europeia

A Rede Europeia de Peritos Jurídicos no domínio da luta contra a discriminação publicou o quarto número da sua série de revistas jurídicas. A Revista fornece uma panorâmica dos casos decididos pelo Tribunal de Justiça das Comunidades e pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, bem como dos desenvolvimentos ocorridos nesta área quer ao nível da política europeia, quer ao nível dos sistemas jurídicos nacionais.

Esta edição inclui um estudo sistemático dos casos de discriminação racial pendentes no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e, bem assim, um sobre as alterações ocorridas em matéria de ónus da prova. O eurodeputado Claude Moraes apresenta a sua perspectiva sobre os desafios que o direito e as políticas anti-discriminação enfrentam durante o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – 2007.

A revista está disponível *online* em inglês, francês e alemão. Cópias impressas podem ser solicitadas em review@non-discrimination.net.

Downloads:

http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/public/pubst_en.htm#leg.

Estudo para identificação das medidas legislativas nacionais existentes fora do domínio do Emprego está disponível

Fonte: Comissão Europeia

O estudo elaborado pelo *Migration Policy Group* e pela *Human European Consultancy* para identificação das medidas legislativas nacionais existentes – fora do domínio do emprego e da ocupação profissional – e respectivo impacto na luta contra a discriminação fundada no sexo, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual está disponível no *website* da Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/public/pubst_en.htm#stud.

Trata-se de uma inventariação completa e independente das medidas existentes para combater a discriminação motivada pelos supramencionados fundamentos. Para além disso, o estudo oferece informação independente e segura sobre a aplicação e impacto da legislação anti-discriminação nacional existente, segundo dois ramos.

Posição da ENAR sobre a Decisão Quadro sobre o Racismo e a Xenofobia

Fonte: Website da ENAR: www.enar-eu.org

A ENAR tomou posição sobre as negociações actualmente em curso no Conselho a propósito da proposta de Decisão-Quadro sobre o Racismo e a Xenofobia. A ENAR exorta todos os Estados-Membros da União Europeia para que prossigam na luta contra o racismo adoptando a proposta de Decisão-Quadro sobre o Racismo e a Xenofobia sob os auspícios da Presidência alemã. Por ocasião da discussão na generalidade, no Conselho de Ministros da Justiça e da Administração Interna, sobre a proposta de Decisão Quadro sobre o Racismo e a Xenofobia (15 de Fevereiro) a ENAR emitiu um comunicado de imprensa, lançando a sua campanha com vista a garantir que este diploma é aprovado tão pronto quanto possível e para exortar os responsáveis políticos de todos os Estados-Membros a assumirem as suas responsabilidades no combate ao racismo e à xenofobia. Mais informações estão disponíveis no *website* da ENAR, www.enar-eu.org/en/wmail/index.shtml.

Publicações da AGE sobre a discriminação múltipla e sobre o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades

Fonte: AGE

Com vista a assinalar o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos – 2007, a AGE publicou uma brochura e um folheto sobre «A Caminho de Uma Sociedade Europeia de Todas as Idades», que sublinham a importância de combater a discriminação fundada na idade tanto ao nível nacional como ao nível da UE, e procuram identificar o valor que a implementação dessas medidas pode ter nas nossas sociedades como um todo. As brochuras e folhetos estão disponíveis em inglês, francês e alemão no *website* da AGE: <http://www.age-platform.org>.

European Disability Forum lança petição a favor de uma directiva sobre a deficiência

Fonte: European Disability Forum

Por ocasião do seu 10.º aniversário, e uma vez que as comemorações decorrerão durante o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades 2007, o *European Disability Fórum* (DEF) lançou uma **campanha a nível da UE «1 milhão pela deficiência» [1million4disability]**, com vista à recolha de 1 milhão de assinaturas a favor da aprovação, por parte da UE, de legislação destinada a combater a discriminação dirigida contra as pessoas com deficiência. Objectivo: aumentar a visibilidade e chamar a atenção para a forma como a União Europeia afecta as pessoas com deficiências.

A campanha de recolha de assinaturas, lançada oficialmente no dia 23 de Janeiro de 2007, visa recolher pelo menos as assinaturas de 1 milhão de cidadãos para combater a discriminação que afecta todos os aspectos da vida quotidiana dos cidadãos deficientes da Europa.

A União Europeia tem de responder ao apelo de pelo menos 1 milhão de cidadãos, tal como mencionado no projecto de Tratado Constitucional da UE. Não devemos perder esta oportunidade para sermos ouvidos. No dia 4 de Outubro de 2007 as assinaturas serão oficialmente entregues à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu. Ao mesmo tempo, uma reunião de pessoas com deficiência, as suas famílias, amigos e aliados, terá lugar em Bruxelas, no coração das instituições europeias.

Pode assinar a petição aqui: <http://www.1million4disability.eu/sign.asp?langue=EN>.

FAMÍLIAS DE PESSOAS DO MESMO SEXO:

Irlanda atrasa aprovação de legislação sobre uniões homossexuais

Fonte: Pink News, 22 de Fevereiro de 2007, www.pinknews.co.uk/news/articles/2005-3777.html

Um projecto de lei destinado a legalizar as uniões de pessoas do mesmo sexo na República da Irlanda foi rejeitado pelo parlamento do país, no dia 21 de Fevereiro de 2007. O Governo irlandês afirmou que o projecto de lei, apresentado pelo Partido Trabalhista, não estava de acordo com a Constituição, mas revelou que iria apresentar um projecto de lei próprio, mais para o final do ano.

O Ministro da Justiça, Michael McDowell, disse aos deputados irlandeses que o Estado está obrigado a apoiar a instituição do casamento. O artigo 41.º da Constituição irlandesa afirma que a instituição do casamento deve ser protegida, mas não diz o que deve entender-se por casamento.

Um referendo nacional para alterar a Constituição «muito provavelmente não teria sucesso e poderia, se fosse realizado, ser muito contraproducente para a obtenção de um consenso social em torno desta questão», afirmou o Ministro ao parlamento irlandês, o *Dail*.

O Sr. McDowell prometeu que o Governo iria apresentar uma proposta legislativa destinada a proteger os direitos de todos os casais não unidos pelo matrimónio, gays ou heterossexuais. Ele pediu aos partidos da oposição que lhe dessem seis meses para que pudesse preparar a sua própria proposta.

Itália poderá reconhecer os casais não unidos pelo matrimónio

Fonte: BBC, 9 de Fevereiro de 2007, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6345729.stm>

O Governo italiano aprovou uma proposta de lei que visa conferir direitos legais aos casais não unidos pelo casamento, incluindo os casais de pessoas do mesmo sexo. A medida, muito controversa, surge após meses de aceso debate no seio da ampla coligação no poder e uma feroz oposição do Vaticano. Se o Parlamento aprovar a proposta, os casais não unidos pelo casamento obterão maiores regalias em matéria de cuidados de saúde e de protecção social. Mas os parceiros só terão também direitos sucessórios se coabitarem há pelo menos nove anos.

A proposta de lei, aprovada na quinta-feira à noite, não vai ao ponto de reconhecer as uniões civis, tal como actualmente elas existem noutros países europeus. Mas Franco Grillini, um deputado Democrata de Esquerda, afirmou que «ela contém importantes elementos, começando pelo reconhecimento dos

direitos dos casais de pessoas do mesmo sexo». Ele é presidente honorário da principal organização de defesa dos direitos dos homossexuais italiana, Arcigay.

A Ministra para a igualdade de oportunidades, Barbara Pollastrini, uma das co-autoras da proposta de lei, afirmou: «Esta proposta de lei, que constitui um sinal de respeito e coerência, reconhece direitos, mas também deveres». A iniciativa – prometida no manifesto de centro-esquerda do Primeiro-Ministro Romano Prodi, no ano passado – dividiu o Governo, que inclui Cristãos Democratas, de centro, e Comunistas. O voto no gabinete foi boicotado pelo Ministro da Justiça, Clemente Mastella, que é um católico devoto. Ele afirmou que se opunha à proposta de lei porque «ela visa soluções e garantias que imitam as do casamento».

O Papa Benedito XVI manifestou-se contra o reconhecimento legal dos casais não unidos pelo matrimónio, afirmando que o casamento tradicional cristão, entre um homem e uma mulher, não deve ser posto em causa.

Tribunal francês impede adoção por lésbica

Fonte: PinkNews, 21 de Fevereiro de 2007, www.pinknews.co.uk/news/articles/2005-3771.html

A tentativa de uma mãe francesa de permitir à sua respectiva companheira lésbica a adoção do seu filho falhou. O Tribunal da Relação de Paris considerou que a única forma de a mãe poder permitir a adoção do seu filho seria renunciar aos seus direitos parentais. Se o casal de lésbicas pudesse contrair matrimónio, ambas poderiam partilhar as responsabilidades parentais.

Contudo, a França não permite o casamento de pessoas do mesmo sexo, e confere apenas direitos limitados a esses mesmos casais. Os franceses elegem o próximo presidente no próximo dia 22 de Abril.

A candidata socialista, Segolene Royal, fez, no início deste mês, 100 promessas no âmbito da sua campanha eleitoral. O ponto 87 do seu manifesto exige a igualdade de direitos para os casais de pessoas do mesmo sexo, lançando as bases da futura legislação contra a discriminação que será aprovada caso os franceses elejam Royal como presidente.

Já Nicholas Sarkozy, o candidato da UMP, de direita, e actual Ministro do Interior, afirmou num debate televisivo no início deste mês que se opõe a qualquer tipo de casamento homossexual.

Sondagens realizadas em Junho de 2006 sugerem que a população francesa poderá apoiar as políticas de Royal relativas aos direitos dos homossexuais.

Suécia: Casais de lésbicas vencem batalha pela adoção

Fonte: The Local, 14 de Fevereiro de 2007, www.thelocal.se/6400/

Em Dezembro do ano passado dois casais de lésbicas viram ser-lhes recusado o direito a adoptarem os seus filhos pelo Tribunal de Comarca de Norrköping, no este da Suécia. Mas agora o Tribunal da Relação anulou as decisões em questão.

Duas das mulheres, uma de cada um dos casais, viajaram até à Dinamarca onde foram inseminadas. O Tribunal de primeira instância, no entanto, sublinhou que os dadores de esperma eram anónimos, o que não está de acordo com a legislação sueca. Na Suécia, todas as crianças têm direito a apurar a identidade do seu respectivo pai biológico.

«O Tribunal de comarca rejeitou o nosso pedido com fundamento no facto de nós não identificarmos um dador, o que não é permitido na Suécia», afirmou Maria Billström-Westerlund ao *Expressen*. «Mas a decisão do Tribunal da Relação demonstra que nós fomos vítimas de discriminação por sermos homossexuais», acrescentou.

Maria e a sua esposa, Johanna Billström-Westerlund, estão encantadas pelo facto de a incerteza que rodeava o seu filho Ludwig ter finalmente terminado. «É um alívio enorme. Nós sempre formamos uma família emocionalmente. Agora somos uma legalmente, também», disse Maria Billström-Westerlund. A decisão significa que Johanna terá direitos parentais idênticos sobre Ludwig.

«Hoje vamos relaxar e passar um dia em família. Depois, vamos celebrar com o outro casal. Nós lutamos juntas», afirmou Maria Billström-Westerlund.

EMPREGO, BENS E SERVIÇOS:

Enfrentar o assédio anti-homossexual no local de trabalho – novo guia da *Stonewall* para ajudar os empregadores

Fonte: Comunicado de imprensa da Stonewall, 8 de Fevereiro de 2007

A *Stonewall* lançou um novo guia destinado a ajudar na luta contra a perseguição e o assédio dos empregados gays e lésbicas. *Assédio: Prevenir a perseguição e o assédio dos empregados gays e lésbicas*, é o terceiro da série de guias sobre o Local de Trabalho da *Stonewall*, e contém conselhos práticos e claros sobre como lidar com a perseguição e o assédio anti-homossexual no trabalho.

O guia explica as dificuldades que os empregados gays podem sentir na denúncia do assédio de que sejam vítimas e procura sugerir o modo como as entidades patronais podem lidar com o problema da perseguição e o assédio no local de trabalho. O guia contém ainda exemplos práticas de boas práticas que estão actualmente a ser desenvolvidas por um vasto conjunto de organizações parceiras da *Stonewall*.

Cópias do guia podem ser solicitadas à *Stonewall* ou podem ser descarregadas do *website* da *Stonewall*, www.stonewall.org.uk.

LIBERDADE DE REUNIÃO:

Supremo Tribunal da Moldávia: «A recusa da Câmara Municipal de Chisinau em autorizar a Marcha de Solidariedade das pessoas LGBT é contrária à lei»

Fonte: Comunicado de imprensa da GenderDoc-M, 13 de Fevereiro de 2007

O Supremo Tribunal da República da Moldávia tornou pública a sua decisão no processo cuja audiência decorreu no dia 20/12/2006, concluindo que a recusa da Câmara Municipal de Chisinau em autorizar a marcha de solidariedade de gays e lésbicas era ilegal. O pedido de autorização tinha sido apresentado em Março de 2006 pelo Centro *GenderDoc-M*, com o objectivo de promover os direitos de LGBT e a adopção de legislação contra a discriminação de que são vítimas as minorias.

Na decisão do Supremo Tribunal afirma-se: «Dos autos resulta claro que o Centro de Informação *GenderDoc-M* desenvolve a sua actividade no domínio das questões de género e da protecção dos direitos das minorias sexuais, sendo uma organização cujos objectivos não contrariam a legislação nacional nem o direito internacional dos direitos humanos. O Supremo Tribunal considera injustificada a recusa da Câmara Municipal de Chisinau em autorizar a marcha de solidariedade organizada pela *GenderDoc-M*, com base numa possível ameaça à ordem pública, já que este fundamento é desproporcionado relativamente ao direito à liberdade de reunião, que é garantido pelo artigo 11.º, n.º 2, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais».

Desde Maio de 2005 que a *GenderDoc-M* apresentou três pedidos de autorização para realização de manifestações públicas à Câmara Municipal de Chisinau, sendo que todos foram indeferidos com fundamento no risco que tais manifestações colocavam para a ordem pública e, bem assim, na opinião de organizações religiosas. Estas opiniões foram manifestadas em numerosas cartas que a Câmara Municipal recebeu. A *GenderDoc-M* impugnou estas decisões junto dos tribunais, sendo que o primeiro caso saldou-se numa derrota em todos os tribunais nacionais e está pronto para ser apresentado ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. As autoridades de Chisinau foram criticadas pelas suas decisões discriminatórias pelo Conselho da Europa, pela UE e pelas Nações Unidas, bem como por alguns governos ocidentais no âmbito das relações bilaterais.

«Congratulamo-nos com a decisão do Supremo Tribunal, que esperamos venha a colocar um fim político à discriminação aberta contra a comunidade LGBT por parte das autoridades locais de Chisinau», afirmou o presidente da *GenderDoc-M*, Alexei Marcicov. «É uma vitória da consciência, do Direito e dos direitos humanos contra o preconceito e a intolerância».

O Centro de Informação *GenderDoc-M* está a preparar manifestações públicas no âmbito do VI Pride LGBT «Arco-íris sobre o Dniestre», que decorrerá entre 27 e 29 de Abril deste ano. O programa prevê uma exaltação pública da diversidade e da igualdade no centro da capital.

Governo russo apoia a liberdade de reunião das minorias sexuais

Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 9 de Fevereiro de 2007

Numa notável declaração emitida a propósito da proibição da Marcha de Orgulho de Moscovo, o Governo russo manifestou de forma enfática o seu apoio ao direito das minorias sexuais à liberdade de reunião.

A declaração foi proferida pela Federação Russa na sua qualidade de Presidente do Comité de Ministros do Conselho da Europa, um cargo que ocupou desde Agosto de 2006 até Janeiro de 2007. Embora reconhecendo que a Marcha do Orgulho gay de Moscovo havia sido proibida, e que o caso está actualmente pendente perante os tribunais, sublinhou que:

- As pessoas que pertencem às minorias sexuais gozam do mesmo direito à liberdade de expressão e de reunião de quaisquer outros indivíduos;
- Não só as manifestações pacíficas em favor dos direitos das minorias sexuais não podem, pura e simplesmente, ser proibidas, como a polícia tem o dever de proteger tais manifestações quando elas ocorram;
- Uma proibição genérica de manifestações pacíficas só pode justificar-se quando existe um perigo real de ocorrência de desordens e esse risco não pode ser minimizado através de outras medidas razoáveis e apropriadas.

A proibição da Marcha do Orgulho de Moscovo foi objecto de uma queixa apresentada no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem contra as autoridades russas.

O texto integral da declaração está disponível em: <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1088939&BackColorInternet=9999CC&BackColorIntranet=FFBB55&BackColorLogged=FFAC75>

TRANSSEXUALIDADE:

Malta: Transsexual pode casar, decidiu Tribunal

Fonte: *Claudia Calleja, The Times of Malta, 16 de Fevereiro,*
www.timesofmalta.com/core/article.php?id=252271

Um Tribunal ordenou ao responsável pelos serviços de registo civil a publicação de banhos relativos ao casamento de uma transsexual, que nasceu como homem mas foi legalmente considerado mulher na sequência da realização de uma cirurgia de mudança do sexo. O Juiz Gino Camilleri tomou a decisão depois de considerar que a união entre a transsexual, agora do sexo feminino, com o seu companheiro masculino não viola qualquer disposição da legislação matrimonial. Advogados contactados pelo *The Times* afirmaram acreditar que a decisão foi a primeira do género e poderá levar ao primeiro casamento civil de um transsexual.

O resultado deste caso contrasta com uma decisão tomada pelo Tribunal Civil há três anos. Nessa outra decisão o Tribunal deferiu o pedido de outra mulher (que tinha sido submetida ao mesmo tipo de cirurgia) e ordenou aos serviços de registo civil que averbassem ao assento de nascimento a mudança de sexo, de modo a que aí constasse que ela era do sexo feminino e tinha um nome feminino.

Mas o Tribunal, contudo, recusou-se a considerá-la uma mulher para efeitos de aplicação da legislação matrimonial, considerando que seria necessário muito mais para que se decidisse a ir contra os mandamentos do direito natural e permitir o casamento entre duas pessoas que, tudo ponderado, eram do mesmo sexo.

Ontem, o juiz ficou a saber que a mulher nasceu homem e como, conseqüentemente, foi averbado no seu assento de nascimento que pertencia ao sexo masculino. A mulher foi submetida a cirurgia irreversível de mudança do sexo e, em Junho passado, obteve uma decisão judicial onde se determinou que o sexo constante do seu assento de nascimento passasse a ser o feminino, e que o seu nome fosse alterado para um nome feminino da sua escolha.

O Tribunal ordenou ainda ao responsável pelos serviços de registo civil que fizesse todas as correcções necessárias aos registos públicos. Tudo isto significa que, do ponto de vista legal, a pessoa foi declarada como pertencendo ao sexo feminino. Mas quando a mulher apresentou, ao registo civil, um pedido para publicação de banhos com vista à obtenção de uma licença de casamento, o Conservador recusou-se a fazê-lo.

A mulher intentou então uma acção no Tribunal Civil, onde pedia ao tribunal que ordenasse ao responsável pelos serviços de registo civil a publicação de banhos com vista ao seu casamento com o seu companheiro masculino.

O Juiz Camilleri deferiu o pedido da mulher, depois de concluir que a união entre ela e o seu respectivo companheiro não violava nenhuma das disposições da legislação matrimonial uma vez que se tratava do casamento entre duas pessoas de sexo diferente.

O nome da mulher e do seu companheiro não foram divulgados dada a natureza sensível do caso. A mulher foi representada pelos advogados José Herrera e David Camilleri.

BREVES:

ERA anuncia a realização de seminários de formação

Fonte: Comissão Europeia

Desde 2003 que a Academia de Direito Europeu (ERA) em Trier, Alemanha, vem realizando ações de formação sobre o conteúdo e os conceitos das Directivas europeias em matéria de igualdade. Foi agora divulgada a realização, em 2007, de uma nova série de três seminários. Tal como em anos anteriores, a participação é gratuita, e as despesas de deslocação e de alojamento serão igualmente reembolsadas em determinadas condições.

O primeiro seminário, que decorrerá em 18 e 19 de Junho de 2007, destina-se a advogados do sector privado e a juristas de empresas, especialmente os que desenvolvem a sua actividade em agências de emprego, ONG e sindicatos. Os trabalhos decorrerão em inglês e em francês.

O seminário que decorrerá a 5 e 6 de Novembro de 2007 destina-se a juízes e magistrados do ministério público que lidam com casos de discriminação. Os trabalhos decorrerão em inglês e em alemão. Um outro seminário dirigido a juízes e magistrados do ministério público decorrerá nos dias 26 e 27 de Novembro de 2007, decorrendo os trabalhos em inglês e em espanhol.

Mais detalhes em: www.era.int/web/en/html/index.htm.

A presente versão portuguesa da edição em inglês do n.º 139 (Fevereiro de 2007) da Euro-Letter foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade e correcção da tradução, esta não deve ser utilizada sem prévio confronto com a versão original do texto.

Todas as citações de documentos oficiais, designadamente de instituições europeias, que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas, quando existam, ou com as versões originais, no caso contrário.

Abreviaturas comumente utilizadas no text: *UE* – União Europeia; *LGBT* – Lésbica(s), Gay(s), Bissexual(ais) e Transsexual(ais); *ONG* – Organização(ões) Não Governamental(ais);